

LUCIANA MÜLLER
lmuller@jj.com.br

Abraços 1

Durante o encontro para repactuação do programa Primeira Infância, na região de Jundiá, na manhã de ontem, no auditório do Ciesp, o prefeito de Jundiá, Luiz Fernando Machado (PSDB), foi 'tietado' com fotos, abraços e conversas. Sempre com sorriso no rosto, atendeu a todos - a maioria absoluta de mulheres - que pediam uma foto.

Abraços 2

O prefeito de Várzea Paulista, Juvenal Rossi (PV), também cumprimentou calorosamente o chefe do Executivo de Jundiá. Em um abraço apertado regado por tapinhas nas costas, Juvenal soltou: "Luiz, você está fazendo falta como deputado. Sempre ajudou Várzea Paulista." Sem perder a oportunidade, Luiz olhou para os que o rodeavam e afirmou: "eu ainda vou ter de ser deputado novamente."

Pauta da Câmara

A terceira sessão ordinária da Câmara de Jundiá, da próxima terça-feira, já contará na pauta com projetos dos vereadores estreates. Segundo o presidente Gustavo Martinelli (PSDB), a cada eleição, o preparo dos vereadores aumenta e a quantidade de projetos ilegais diminui. Na próxima sessão, vários projetos aprovados anteriormente serão votados com vetos, apontados com 'vício de ilegalidade'.

Pelo transporte

O prefeito de Cabreúva, Henrique Martin (PDT), não compareceu ao encontro realizado em Jundiá sobre o programa "São Paulo pela Primeira Infância", ontem pela manhã. Encaminhou sua vice-prefeita, Célia Donato (SD), para representá-lo. Ele foi a São Paulo conversar na Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) para reivindicar melhorias no atendimento à população que usa o transporte entre municípios.

Ouvidor geral

Encontro Propositivo sobre Transparência e Controle Social, em Jundiá, teve o ouvidor geral do Estado de São Paulo, Gustavo Ungaro, como convidado especial. O evento foi realizado pelo Observatório Social de Jundiá na sede do Ciesp, na noite de quinta-feira. Em sua palestra, Gustavo Ungaro abordou o trabalho da Ouvidoria Geral do Estado (OGE), ressaltou a importância da transparência e apresentou formas de fiscalizar o uso de recursos públicos e denunciar irregularidades.

Contra fogos

Lançada na internet na última terça-feira (14), a campanha de assinaturas por 'Rojão em Jundiá Não' é parte do projeto de lei contra fogos de estampido que está sendo construído por quatro vereadores da cidade. O abaixo-assinado on-line já alcançou quase 700 pessoas em três dias. "Temos sentido um acolhimento da população. Nos 'pet shops', muitos se mostraram favoráveis e abertos para promover o debate. Com a força das pessoas, podemos avançar com a proposta e ouvir a comunidade", diz Faouaz Taha (PSDB), um dos integrantes.

REGIÃO EM FOCO

Eleições ocorrem até março, quando Henrique Martin terá de deixar posto de presidente, ocupado por dois mandatos

Prefeitos se movimentam pelo novo comando do Aglomerado

LUCIANA MÜLLER
lmuller@jj.com.br

O Aglomerado Urbano de Jundiá (AUJ) terá novo presidente a partir de março, quando expira o mandato do prefeito de Cabreúva, Henrique Martin (PDT). As conversas, apesar de não serem abertas, acontecem nos bastidores e a tendência é de que Luiz Fernando Machado (PSDB), prefeito de Jundiá, seja conduzido ao posto. O tucano, contudo, não confirma sua indicação, mas aponta como 'natural' a escolha de Jundiá para comandar o AUJ.

"O Aglomerado precisa ser reativado. Temos muitas pendências da Região que precisam ser discutidas em bloco. A saúde, a segurança e o meio ambiente são exemplos. O Fundo do AUJ ainda não tem verba", comentou Luiz, pouco antes de participar do evento São Paulo pela Primeira Infância, realizado ontem, no auditório do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), em Jundiá (leia mais em *Cidades 5*).

Luiz não confirma que vem sendo cotado como o futuro presidente do Aglomerado, mas aponta que a cidade, por ser a maior da microrregião, teria uma condução natural ao posto.



NATURAL Luiz Fernando Machado não se coloca como candidato a presidente do AUJ, mas afirma que Jundiá é tendência

O prefeito de Várzea Paulista, Juvenal Rossi (PV), é a favor da indicação do nome do jovem tucano. "Ele é competente e tem experiência para ser o presidente. Já foi deputado, tanto federal quanto estadual, e poderá colaborar para que o AUJ avance. Apoio o crescimento do grupo", comenta Juvenal, afirmando não ter interesse no cargo por ter muitos problemas para adminis-

trar em sua cidade.

A frente do Executivo de Itupeva, Marcão Marchi (PSD) também não se interessa pelo comando do AUJ. "Temos pessoas preparadas para ocupar o posto. Algumas conversas já aconteceram, anteriormente, mas ainda não foi definido calendário para o próximo encontro", comenta.

Jarinu também confirma a realização de encontros anteriores até a posse para

tratar do assunto. "Tivemos reunião ainda no ano passado para conversar sobre o Aglomerado. Está paralisado. Jarinu depende do grupo para conseguir avançar em vários aspectos", comenta a democrata Eliane Lorencini, sem declarar apoio a qualquer nome.

O prefeito de Campo Limpo Paulista, Japim Andrade (PROS), por nota, informa que entende a importância

do AUJ e pretende participar ativamente das discussões em busca de investimentos para o município e Região. "Com a união das cidades, é possível ir mais longe e pleitear com as esferas federal e estadual recursos e programas que auxiliem no crescimento das cidades. Sobre a presidência da Aglomeração, não há interesse, porém, a ideia é fortalecer o grupo e torná-lo cada vez mais ativo e presente na vida dos municípios da região", informou a nota.

Louveira, que chegou a ocupar a vice-presidência do grupo, não respondeu ao questionamento feito pela reportagem.

Últimos dias

Por quatro anos, o prefeito de Cabreúva, Henrique Martin (PDT), esteve à frente do AUJ. "O meu mandato se encerra em março e, como já fui reeleito, não posso mais me candidatar. A expectativa para esse ano é a execução do PDUI (Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado). No último ano, me empenhei muito em reuniões para o planejamento estratégico do PDUI e nesse ano pretendemos encaminhar os trabalhos a serem desenvolvidos e concluir o plano ainda em 2017", projeta o jovem pedetista.

RELATOR DA LAVA JATO

'Foro privilegiado é incompatível'

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato na Corte, disse ontem (17) que o foro privilegiado é "incompatível com o princípio republicano".

"A questão do chamado foro privilegiado, que na verdade é um foro por prerrogativa de função, tem aberto um debate no Brasil sobre a coerência do que se tem entendido e praticado com o princípio republicano que está na Constituição. Eu, já de muito tempo, tenho subscrito uma visão crítica do chamado foro privilegiado, por entendê-lo incompatível com o princípio republicano, que é o programa normativo que está na base da Constituição brasileira", disse Fachin.

Ele afirma que o Supremo precisa avaliar se uma eventual redução da abrangência do foro privilegiado pode ser feita por meio de nova interpretação da Corte sobre a Constituição ou se depende de proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada no Congresso. "A questão, todavia, que se coloca é saber se essa alteração pode ser feita por uma mudança de interpretação constitucional ou se ela demanda, da parte do Poder Legislativo, uma alteração própria do Poder Legislativo."

Segundo a Constituição, no caso de infrações pe-

nais, cabe somente ao STF julgar o presidente e o vice-presidente da República, deputados federais e senadores, os próprios ministros da Corte e o procurador-geral da República. Fachin destacou, no entanto, que o Supremo deve debater em breve se a prerrogativa de foro vale também para atos ilícitos praticados antes do exercício do cargo. "Este é o debate que o Supremo vai enfrentar para saber se há espaço para interpretação, como, por exemplo, a proposta feita no sentido de que o foro compreenderia apenas os eventuais ilícitos praticados no exercício da função e não abrangeria os ilícitos praticados anteriormente", disse o ministro. "Na Corte, de um modo geral, tenho me inclinado por uma posição de maior contenção do tribunal", completou.

Debáte em plenário

A recente discussão sobre o foro privilegiado no Supremo foi provocada antontem (16) pelo ministro Luís Roberto Barroso, que enviou para o plenário uma ação penal na qual defende a restrição do foro privilegiado para deputados federais e senadores. Para ser julgado, o processo precisa ser pautado pela presidente do Supremo, Cármen Lúcia. Ainda não há data prevista para a análise. (Agência Brasil)

DA JUSTIÇA

Carlos Velloso recusa convite de Temer para ser ministro

O ex-ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Carlos Mário Velloso, 81, decidiu recusar o convite do presidente Michel Temer para ser ministro da Justiça no lugar de Alexandre de Moraes.

Dois obstáculos foram apontados por ele para não aceitar o cargo: a pressão da família e contratos com cláusulas de exclusividade com seu escritório de advocacia, que atua em mais de 50 ações em tribunais.

Velloso disse à reportagem que comunicou sua decisão a Temer na tarde desta sexta (17). "Avisei o presidente. Ele entendeu, era uma questão ética. Tenho compromissos a honrar e consultei a todos, mas não pude deixá-los", disse.

"São contratos que eu tenho que manter. A menos que o contratante tivesse disposto a aceitar a minha saída. Não foi o caso", ressaltou.

Velloso e Temer conversaram na noite de quinta (16) sobre os problemas.

Auxiliares que estiveram com Temer em São Paulo nesta sexta afirmam que o presidente "já estava preparado para a escolha de outro nome" para o Ministério da Justiça desde a noite passada.

Esses assessores disseram ainda que Temer havia dado um prazo até o fim da tarde desta sexta para que Velloso respondesse ao



JUSTIFICATIVA Velloso diz que houve dois obstáculos: pressão da família e contratos

convite, mas já avaliava que os clientes do escritório de advocacia do ex-ministro do STF inviabilizariam sua ida para o governo. Além disso, os filhos de Velloso eram contrários à sua nomeação para a pasta.

O ex-ministro havia declarado à Folha de S.Paulo que, por ele, estaria "80% resolvido" no sentido de aceitar o convite, apesar das dificuldades impostas.

Ele reuniu-se com Temer na terça-feira no Palácio do Planalto. O presidente havia decidido pelo nome dele, dependendo apenas da resposta.

A ideia de Temer era nomeá-lo a partir de quarta (22), após a sabatina de Alexandre de Moraes no Senado.

Com a recusa de Velloso,

o presidente terá de rever seu cardápio de opções para o ministério. Neste fim de semana, Temer deve reiniciar a sondagem de novos nomes para a Justiça.

Entre os cotados, antes de o ex-ministro do STF ser convidado, estavam o vice-procurador-geral da República, José Bonifácio de Andrada, e o deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), apoiado pela bancada peemedebista na Câmara.

Segundo a reportagem apurou, Temer descartou o nome do ex-secretário de Segurança Pública do Rio José Beltrame para a Secretaria de Segurança Pública do governo. O presidente sondou o advogado Antonio Mariz para o posto, mas ele ainda não sinalizou sobre o assunto. (Folhapress)